

OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE NA HISTORIOGRAFIA*

Pedro Paulo Abreu Funari¹

Introdução

Não faz muito, Ellen Somekawa e Elizabeth A. Smith (1988: 151) escreveram que “a afirmação básica dos historiadores de que suas narrativas surgem dos fatos pode, e o foi, efetivamente, desmontada”. Este é o resultado natural do fato de que “a razão é, ela mesma, histórica” (Kloppenber, 1989: 1011). A ideia de um discurso histórico objetivo, por oposição a um discurso mítico, fabuloso, foi uma criação positivista do século passado contestada pela maior parte da historiografia de nosso século. De Croce até Koselleck, passando por Collinwood, a luta dos historiadores acadêmicos contra o “realismo ingênuo” da narrativa positivista (Ankersmit, 1986: 19), foi constante. De fato, a contraposição entre *mýthos* e *lógos* não considera o caráter discursivo da História. Além disto, fazer uso do conceito de verdade (*alétheia*) para considerar que o historiador pode e deve deter um conhecimento da verdade que lhe permita a objetividade da constituição narrativa constitui uma estratégia autoritária. Como a verdade é única, por oposição à mentira, a história positivista não pode admitir a existência de diferentes narrativas. Ankersmit (1986: 25) chamava a atenção que esta “busca pela verdade objetiva” é perigosamente autoritária: “um máximo de clareza só pode ser alcançado, na historiografia, com a *proliferação* de interpretações históricas e não com a tentativa de *reduzir* seu número. Portanto, a historiografia não conhece critérios interessantes e aplicáveis, em geral, para fazer a distinção entre interpretações satisfatórias ou não satisfatórias”.

Seria, todavia, necessário dizer, como o faz Nicole Loraux, que Tucídides não é objetivo, que todos nós, historiadores, não somos, não podemos ser, puramente objetivos, como proclama muito claramente Le Goff (1984: 166)? Seriam as palavras de Goethe ainda desconhecidas: *Jede Tatsache ist*

* Texto publicado originalmente como FUNARI, P.P.A. Objetividad y Subjectividad en la Historiografía, *Revista Biblos*, v. 6, 1994, p. 69-78. Tradução: Maria Aparecida de Oliveira Silva.

¹ Professor Titular, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. E-mail: ppfunari@uol.com.br

schon Theorie? (toda a ação já é teoria?) Em outras palavras, será então possível que os historiadores continuarão a pensar, como faz o senso comum, em termos de *verdade versus mito*? Não há dúvida de que a historiografia contemporânea não se preocupa em responder aos positivistas, minoria que pouco produz, de toda maneira. Franz Georg Maier (1984: 86) constatou que a ideia positivista de um historiador espelho de realidades passadas sofreu uma crítica tão completa de que o “realismo ingênuo” não vale a pena de uma discussão. Mommsen (1984: 68) disse que a oposição almejada por positivistas entre *res factae* e *res fictae* é hoje um problema, não um consenso entre os historiadores. De tudo isto, contudo, não se pode dizer que o caráter, deôntico, do discurso historiográfico, esteja completamente estudado. Pelo contrário, há todavia historiadores autoritários no poder que lutam contra o pluralismo, as possibilidades de interpretação, e que negam a subjetividade do discurso do historiador. Este trabalho busca discutir como o discurso dos dois historiadores, o primeiro antigo (Salústio), o outro moderno (Carcopino), os dois: não são mito ou verdade, mas sim construções discursivas.

Salústio e Carcopino historiadores

A História, para Salústio, é algo útil (*magno usui est*), ou seja, o relato do passado possui um sentido pragmático, aspira a que os homens *atuem* de determinado modo, buscando a *uirtus* (Earl, 1961). Segundo Salústio, “muitas vezes eu ouvi dizer que Quinto Máximo e P. Cipião, assim como outros homens importantes de nossa pátria, tinham o hábito de afirmar que, quando olhavam as imagens dos antepassados, sentiam um estímulo muito forte na direção da virtude. Pode-se assumir que nem a cera nem os retratos possuem força tão grande, mas que, pelo contrário, a descrição dos feitos passados foi a responsável pelo crescimento, no peito dos homens egrégios, desta chama que não diminuía antes de sua virtude fosse comparável à fama e glória daqueles” (B. I. 4, 5-6).

Três são as características do discurso histórico de Salústio. Em primeiro lugar, a História consiste em uma *concitatio animi*, ou seja, um apelo emotivo à práxis; esta emoção vem, por sua vez, do conteúdo poético da narrativa (*ornatio uerborum*), que utiliza a assimetria (*inconcinnitas*) e a concisão (*brevitas*) estilísticas. Estes recursos são úteis nas descrições (Salústio, B. I. 17-19; 41-42), discursos (Salústio, B. I. 10; 14; 31; 85) e retratos (Salústio, B. I. 6; 15; 28; 48; 65; 95). Salústio torna explícita sua posição *ética* em relação aos acontecimentos descritos e expõe o princípio ordenador de sua narrativa: seu discurso busca demonstrar a mudança da *uirtus* individual em *ambitio*, algo que acontece com a maior parte das

personagens de sua narrativa, como Jugurta, Escauro, Albino, Mário, *inter alios*. Salústio relaciona este processo a um momento específico da História Romana: a consolidação do poder romano no Mediterrâneo após a destruição de Cartago. Era o *metus hostilis* que possibilitava a cooperação entre as classes sociais e foi a perda do inimigo o que causou a mudança na conduta dos cidadãos: “antes da destruição de Cartago, o povo e o senado romano governavam a república juntos, de forma moderada e pacífica. Os cidadãos não lutavam pelas magistraturas e pelo poder porque o medo do inimigo mantinha a cidadania nas boas maneiras” (Salústio, B. I. 41, 2). O tema do *metus hostilis* aparece em muitos outros autores com função parecida (cf. Plínio, N. H. 33, 50; Vel. Pat. 2, 1, 1; Floro 1; 33, 1: 34, 18; 47, 8; Agustinus, Civ. Dei, 1,30; Orosius 5, 8, 2; Plut. Cato Maior 27; Diodoro 34, 33, 3-6).

Grânio Liciniano (26) observou que Salústio deve ser lido como orador, não como historiador. Carlo Ginsburg (1991: 196, 217), contudo, chama a atenção de que a diferença entre ficção e narrativa verdadeira não é absoluta, mas relativa. Há todavia historiadores que continuam a fazer a oposição entre as duas narrativas e que consideram que a historiografia antiga não era científica, em oposição à *epistême* da ciência histórica moderna. Assim, A. J. Woodman (1983: 120) sublinhava que “a historiografia antiga e moderna são coisas totalmente diferentes. Estamos acostumados a considerar os autores antigos e modernos a partir dos mesmos pressupostos. Contudo, nada pode ser mais perigoso. Se historiadores antigos eram poetas, isto significa que suas obras não podem ser consideradas como evidências históricas pelos historiadores modernos... há (nestes textos) pouquíssima evidência histórica. As conclusões disto causam muita preocupação”. O fosso entre a historiografia antiga e moderna seria o resultado, portanto, da verdade, fidelidade aos fatos e neutralidade do historiador contemporâneo em contraposição à descrição mimética, artística, doxológica e falsa do historiador antigo. De diferentes pontos de vista, esta interpretação do historiador moderno como um coletor de “evidências” e “fatos” objetivos foi criticada por historiadores (Rigney, 1988: 268; White, 1973: *passim*), arqueólogos (Tabaczynsky, 1984: 21), semióticos (Lagopoulos, 1986: 219), etnólogos (Bromley, 1984: 35), entre muitos outros.

O *modus describendi* dos historiadores antigos e modernos por sua vez surge de regras de composição diferentes, mas, nos dois casos, como a construção discursiva deôntica e pragmática (Rowlands, 1983: 109; Duby, 1980: 44; Lozano, 1987: 210). Isto está claro com a comparação da narrativa salustiana com aquelas dos historiadores contemporâneos, demonstrando que não são as “evidências” o que aproxima (ou não) as

duas historiografias, mas suas semelhanças em termos de seu caráter literário e comprometido (Burmester, 1983: 206; Marchal, 1987). Estudarei, neste artigo, um único episódio da *Guerra de Jugurta*, tal como apresentado por Salústio e tal como recriada por Carcopino. A escolha de Carcopino não é aleatória, pois ele foi para toda uma geração, um modelo de Historiador da Roma Antiga por causa de sua perspicácia narrativa, pelas muitas interpretações originais e pela imensa influência que teve e continua a ter entre seus contemporâneos e sucessores. Jérôme Carcopino (1881-1970) foi membro da Escola Francesa de Roma de 1904 a 1907, professor da Universidade de Argel e Diretor de Antiguidades da Argélia de 1912 a 1920, professor da Sorbonne entre 1920 e 1937, Diretor da Escola Francesa de Roma desde 1937, membro da Academia de Inscrições e da Academia Francesa desde 1955. Por sua influência só pode ser comparado com Theodor Mommsen. O episódio aqui analisado foi escolhido porque Carcopino utiliza como única fonte a narrativa salustiana.

Em 116 a. C., o Senado Romano reúne-se para decidir sobre a divisão da Numídia. As duas partes, Aderbal e embaixadores de Jugurta, são ouvidas. De acordo com Salústio, o que acontece é assim descrito:

15,2 As duas partes deixam a Cúria. Os que estavam a favor dos embaixadores, assim como a maioria do Senado, que havia sido comprada, condenaram as palavras de Aderbal, defendendo, em seus discursos, o valor de Jugurta. *Colocavam todos os seus esforços, seu crédito e sua eloquência em defesa do crime e da infâmia de outros, como se fosse sua própria honra.* 3 Somente alguns poucos, para os quais eram mais importantes o bem e a justiça que as riquezas, consideraram que a sorte do Hiêmpsal deveria ser vingada e Aderbal receber ajuda. 4 Entre todos eles, estava em primeiro lugar Emílio Escauro, nobre, altivo, mas também faccioso, ávido por poder, honras e riquezas. Inteligente como era, tinha seus vícios escondidos. 5 Quando percebeu que os excessos do rei começaram a ser conhecidos e públicos, temeu que, como somente em tais casos, este abuso odioso poderia resultar em ódio contra ele e assim se conteve a libertinagem de seu costume. 16,1 No Senado venceu, contudo, a parte que valorizava mais o dinheiro e o crédito mais que a verdade (a frase sublinhada é analisada adiante).

Jérôme Carcopino (1935: 284-5), a partir desta narrativa salustiana, descreveu este episódio nos seguintes termos:

O congresso de *patres* em sessão fechada. O importante é a salvação do Império e será feito o que ela exigir. Aceitar a versão da Jugurta seria deixá-la como dono de toda a Numídia: ninguém pensa isto. Aceitar a petição de Aderbal é reiniciar a guerra na África. Um pequeno número de senadores prefere isso, em nome da verossimilhança, mas, principalmente, em nome da expansão romana, cujo resultado foi atender os armazéns e o bolso. Estes tinham Escauro como chefe... a submissão de toda a Numídia a um único príncipe, como Aderbal,

sem capacidade militar e sem poder contrapor-se ao poder romano, daria aos comerciantes e homens da ordem equestre todas as possibilidades de crescimento de seus negócios e a prosperidade de suas iniciativas: se pronunciou, então, pela intervenção (Bell.Iug.15,3-4).

Contudo, a maioria dos *patres* se opunha, alguns, talvez, porque receberam (dinheiro) de Jugurta para se abster, os outros porque consideraram, sinceramente, a aventura custosa e o êxito fortuito, os dois grupos porque percebiam que o povo não era favorável a uma expedição que exigiria grandes sacrifícios, que seria proveitosa somente para os cavaleiros e teria de reunir um estado bárbaro que era melhor manter dividido (Bell.Iug.16,1).

Até aqui, esta é a reconstrução do Carcopino. Em termos estilísticos, ambos os autores utilizam uma *suada urerborum ordinatio*, caracterizada em Salústio pela *brevitas*, difícil de manter na tradução. Uma citação deixa isto claro (citação sublinhada no texto de Salústio):

Gratia, voce, denique omnibus modis, pro
alieno scelere et uitio sua quasi pro gloria
nitebantur.

A sucessão de ablativos permite ao autor transmitir a sensação de movimento a nível semântico (*nitebantur* = “faziam um grande esforço”); a inversão *sua quasi* não pode ser, também, causal. *Quasi* deveria estar antes de *sua*, *sua pro gloria* é uma construção contrária à regra (e. g. Tito Lívio m23,32, 11: *res familiaris sua quemque delectat*, cf. César, B.G.1,40,4; Cic. Quir.3 T. Liv.21, 48.2: CIL XI; 1127). A dificuldade da frase salustiana explica que os copistas medievais mudaram *sua* por *suo*. O resultado desta dificuldade na leitura é uma sensação de estranheza para o leitor (*inconcinnitas*). A estratégia de Salústio, portanto, é compor um texto poético, retórico, que faz com que o leitor seja conduzido pela beleza das frases para concordar com a linha de ideias do autor.

Carcopino, por outro lado, utiliza um jogo de *concordantia temporum* que leva o leitor a dois momentos distintos. Assim, alterna o presente descritivo, que lhe permite narrar os motivos da oposição a Jugurta - empregado com o recurso do discurso indireto de Escauro - com o *passé simple* do final do segundo parágrafo (*il se prononça donc*). O uso, no parágrafo conclusivo, do imperfeito para expressar a posição da maioria, possibilita que Carcopino não tenha que concluir, explicitamente, com a decisão do Senado, que aparece indiretamente a nível semântico (“a maioria”) e sintático (*repugnait*). O leitor se deixa levar, assim, não só por causa dos argumentos das partes como pela sucessão de tempos verbais

sutilmente empregados (cf. o emprego de tempos verbais por parte de Plínio quando fala de seu tio morto perto de Pompéia) (Eco, 1984: 95).

Embora o texto de Carcopino seja, *aperte*, uma redescritção da narrativa salustiana - aceitando, assim, a descrição original dos fatos *in totum* - representa uma reelaboração em dois níveis. As estruturas possuem pontos de partida e chegada parecidos, mas passam por caminhos diversos:

SALÚSTIO 15-16,1	CARCOPINO (1935: 284-5)
1. Reunião fechada do Senado (15,2)	1. Reunião fechada do Senado (CF. 15.2)
2. Posição da maioria por Jugurta (25,2)	2. Visualização rápida das duas partes (cf. 15,2; 3-5)
3. Posição de Escauro e da minoria (15.3-5)	3. Minoria por Aderbal (cf. 15.3)
4. Decisão final (16,1)	4. Escauro (cf.15,45; 14 <i>et passim</i>)
5. -	5. Maioria (cf.15,2; 16,1)

A estrutura cronológica de Salústio foi alterada por Carcopino graças à sucessão de opiniões, o que permitiu Carcopino colocar uma *defesa* Escauro de seu voto, algo que aparece no texto original. Para compor este argumento, Carcopino utilizou o discurso de Aderbal, no capítulo 14, que agora passa para a boca de Escauro, no discurso indireto.

A nível da estrutura profunda, que se refere às razões expostas pelas partes, é fácil perceber que Salústio e Carcopino partem de princípios diferentes. Para Salústio, a História de sua época explica-se pela mudança da *uirtus* em *ambitio*, como o diz no prefácio de sua monografia. A explicação é, portanto, moral. Carcopino, em um sentido oposto, não expressa de maneira programática o seu *modus cognoscendi* da sociedade romana em geral ou, especificamente, neste caso. Contudo, a partir deste episódio pode supor-se que para ele são os interesses econômicos das classes que determinam as decisões políticas. A diferença entre os dois autores torna-se mais clara com a comparação entre as palavras usadas por eles para descrever os mesmos fatos:

SALÚSTIO		AMBITIO
VIRTVS	X	
<i>bonus</i>		<i>diuitiae</i>
<i>aequos</i>		<i>largitio</i> riqueza
<i>uerum</i>		<i>pretium</i>
		<i>uitia</i>
		<i>avidus potentiae</i>
		<i>avidus honoris</i> poder

Desejo de riqueza e poder (explícito no discurso)	<i>factiosus</i> nesta época (<i>hac tempestate</i>)	<i>ambitio</i>
CARCOPINO INTERESSES ECONÔMICO X <i>interêt - grenier (= povo)</i> <i>bourse (equestres)</i> <i>accroissement des affaires</i> <i>des equestres</i> <i>profitable aux chevaliers</i>	INTERESSES POLÍTICOS <i>salut (de l'Empire)</i> <i>maître de la Numidie</i> <i>unité d'un état barbare</i>	
Interesses econômicos das classes (implícito no discurso)	decisões políticas	

Desta forma, na narrativa histórica dos dois historiadores se apresenta, no exemplo estudado, evidentemente construída em três níveis essenciais: em seus aspectos estético-formais, na sequência discursiva (*táxis lógon*) e nos princípios explicativos ontológicos da narrativa. O que separa os dois discursos não são as diferenças de estilo nem a diferente exposição, nem mesmo os diversos *leit motiven*: isto muda, de toda maneira, de historiador para historiador. Contudo, Carcopino é considerado como modelo do historiador moderno, epistêmico, científico por oposição ao pré-cientificismo de Salústio, historiador antigo. Isto é assim porque o discurso historiográfico moderno muitas vezes adota estratégias de ocultamento do sujeito através do uso do chamado “efeito realidade” na narrativa (Lagopoulos, 1986: 380) Enquanto Salústio torna explícito o seu discurso como poética, como *suada oratio* (Dupont, 1982: 30) que não quer descrever eventos reais, mas quer ser *memoria* que direciona a ação no presente, o discurso da ciência se apresenta como uma aproximação da realidade *tout court*. Assim, os interesses por trás da narrativa, as origens presentes da reconstrução do passado e o estilo narrativo não aparecem na neutralidade discursiva da ciência. O *modus actiones impellendi* da ciência histórica, portanto, consiste precisamente nesta indução que deriva do ocultamento do caráter construído, histórico, da narrativa histórica.

Conclusão

A importância do tema da subjetividade do discurso de historiador moderno resulta do uso, ou do abuso, da noção de ciência neutra, verdadeira. Os historiadores que querem permanecer no poder acadêmico através da negação do estatuto de cientificidade das

interpretações de outros historiadores utilizam, de uma maneira muito concreta, a noção de *discurso científico, correto, verdadeiro*. Pode parecer que a análise comparativa dos discursos de um historiador antigo e outro moderno, para demonstrar que ambos os dois são subjetivos, seja a descoberta do óbvio. Com efeito, há muito, como foi sublinhado no início deste artigo, os historiadores superaram o positivismo. Contudo, há todavia o uso das noções de *investigações de temas certos e de temas errados, interpretações certas e erradas de documentos e de autores modernos*, como meio para colocar obstáculos ao trabalho dos historiadores. Esta posição autoritária só reconhece seu discurso como válido, científico e, perigosamente, se diz neutra, sem compromissos. O reconhecimento da subjetividade inevitável, dos interesses e da pluralidade discursiva é a única maneira de escapar da *autoridade*. Os autoritários, de toda maneira, não são mais fortes que suas posições burocráticas, suas ideias débeis. Como advertiu Santo Tomás de Aquino (*Summa Theologica* 1^a, 1, 8^{ad}): “o argumento da autoridade, na ciência humana, é o mais ineficiente”.

Agradecimentos

Sou muito grato aos colegas Antônio Silveira Mendonça e Michael Rowlands. As ideias são de minha exclusiva responsabilidade.

Referências

ANKERSMIT, F. R. 1986. The dilemma of contemporary Anglo-Saxon philosophy of History. *History and Theory*, v. 25, n. 4. p. 1-27.

BROMLEY, I. 1984. *Theoretical Ethnography*. Moscú: Nauka.

BURMESTER, O. 1983. A nova História. *História: questões e debates*, v. 4, n. 7, p. 203-211.

CARCOPINO, J. 1935. *La république romaine de 133 à 44 av. J. C.* Paris: Presses Universitaires de France.

DUBY, G. 1980. Un nominaliste bien tempéré. *Dialogues*, Paris, Flammarion, p. 37-66.

DUPONT, F. 1982. Cicéron, sophiste romain. *Langages*, v. 65, p. 23-45.

EARL, D. C. 1961. *The political thought of Sallust*. Cambridge: Cambridge University Press.

ECO, U. 1984. *Conceito de texto*. São Paulo: Queroz.

GINSBURG, C. 1991. *A micro-história e outros estudos*. Lisboa: Difel.

KLOPPENBERG, J. T. 1989. Objectivity and Historicism: a century of American Historical writing. *The American Historical Review*, v. 94, n. 4, p. 1011-1030.

LAGOPOULOS, A Ph. 1986. Semiotics and History: a marxist approach. *Semiotica*, v. 59, n. 3/4, p. 215-245.

LE GOFF. J. 1984. História. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional. p. 158-259.

LOZANO, J. 1987. *El discurso histórico*. Madrid: Alianza.

MAIER, F. G. 1984. Der Historiker und die Texte. *Historische Zeitschrift*, v. 238, v. 1, p.83-94.

MARCHAL, L. 1987. L'Histoire pour Cicéron. *les études classiques*. p. 41-64.

MOMMSEN, W. J. 1984. Die Sprache des Historikers. *Historische Zeitschrift*, v. 238, n.1, p.57-81.

RIGNEY, A 1988. Du récit historique, la prise de la Bastille selon Michelet (1847). *Poétique*, v. 75, p. 268-278.

ROWLANDS, M. 1983. Objectivity and subjectivity in Archaeology. In: M. Spriggs (eds.). *Marxist perspectives in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, p.105-114.

SOMEKAWA, E., SMITH, E. A 1988. Theorizing the writing of history or, "I can't think why it should be so dull, for a great deal of it must be invention". *Journal of Social History*, v. 22, n, 1, p. 149-161.

TABACZYNSKY, S. 1984. Tradizione positivista e nuova archeologia. *Archeologia Medievale*, v. 11, p. 18-45.

WHITE, H. 1973. *Metahistory: the historical imagination in the 19th. century Europe*. Baltimore: John Hopkins University Press.

WOODMAN, R. J. 1983. From Hannibal to Hitler: the literature of war.
The University of Leeds Review, v. 3, p. 107-124.